



ATA DE REUNIÃO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC/TJES	Nº: 01/2019
	Data: 28.01.2019

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
28.01.2019	14h00min	17h10min	Sala de Reuniões da Presidência/TJES

2. Participantes

Nome	Designação/Órgão
Fabio Clem de Oliveira	Desembargador Presidente do Comitê
Fábio Brasil Nery	Juiz Assessor Especial da Presidência do TJES
Adriano Corrêa de Mello	Juiz Corregedor
Aldary Nunes Júnior	Juiz de Direito
Paula Ambrozim de Araújo Mazzei	Juiz de Direito
Marcelo Feres Bressam	Juiz de Direito
Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça
Marcelo Tavares de Albuquerque	Secretário-Geral do TJES
Carlos Vinicius de Arimatéa	Secretário de Tecnologia da Informação do TJES
Cintia Simões Varejão	Secretária de Gestão de Pessoas
Eduardo Oliveira de Faria	Coordenador de Suporte
Marcio Flavio Barbosa de Souza	Técnico de Informática
Luiz Cláudio Schwartz Borges	Analista Judiciário
Jeanni Will	Analista Judiciário
Luciana Possa Machado	Estagiária de Pós-Graduação

1



3. Pauta

Descrição
<ul style="list-style-type: none">1. Relatório de Gestão 20182. Principais parcerias3. Realizações 2018<ul style="list-style-type: none">3.1. Plantão 2G3.2. Sistema Selo Digital3.3. Sistema Depósito Judicial3.4. Sistema LUP3.5. Telefones de plantão3.6. Migração dos precatórios3.7. Implantação do SEI na Corregedoria3.8. Telefone Digital VoIP3.9. Sistema SIGA-CNJ3.10. SEEU4. Sugestões para o progresso da STI5. Projetos para o ano de 20196. Projetos em andamento7. Deliberações - Análise de demandas

4. Deliberações

Descrição
<p>Iniciada a reunião, com a palavra o Sr. Carlos Arimatéa, o mesmo deu início aos trabalhos informando que a reunião seria dividida em duas partes, na primeira parte seria apresentado o relatório de gestão de 2018 e em seguida seriam tratados os assuntos usualmente abordados no Comitê. Ademais, reforçou que seria importante a opinião de todos, uma vez que a proposta é de divulgar as principais entregas de TIC para todo o PJES.</p> <p>1. Relatório de Gestão 2018 O atual secretário demonstrou a todos os presentes uma visão geral de como funciona a estrutura da secretaria, fornecendo os números relacionados aos chamados realizados, quantidade de equipamentos, sistemas, estrutura e déficit de servidores, e os contratos em vigência. Ressaltou a estrutura do presente Comitê e sua importância para o desenvolvimento da secretaria, e na tomada de decisões para a melhor prestação de serviço.</p> <p>2. Principais parcerias O Sr. Carlos Arimatéa citou as parcerias realizadas juntamente com o Banestes e Prodest. Ressaltou que os serviços contratados tornaram possíveis inúmeras realizações no ano de 2018, como a implantação do Sistema de Depósito Judicial, e o ingresso do PJES na rede metropolitana. Revisão e a otimização dos requisitos do serviço, além do próprio ingresso do PJES à rede metropolitana de alta velocidade da Prodest. Com a apresentação do slide referente à estratégia de expansão do PJe, a Sr.^a Rita Almeida sugeriu a alteração do título, bem como a inclusão de informações sobre a execução fiscal.</p> <p>3. Realizações 2018 No que concerne às realizações do ano anterior, foram feitas as seguintes ponderações:</p> <p>3.1. Sistema Plantão 2G Sobre o Sistema Plantão 2G, esta ferramenta possibilita a rastreabilidade e emissão de relatórios dos atos proferidos durante o plantão.</p> <p>3.2. Sistema Selo Digital No que diz respeito ao Sistema Digital, a STI implantou o código de barras bidimensional (QR-CODE), atendendo a Meta 07 da Corregedoria Nacional de Justiça. O referido sistema implica em facilitar e</p>



aumentar a segurança dos atos judiciais.

3.3. Sistema Depósito Judicial

A parceria técnica entre a STI e o Banestes viabilizou o desenvolvimento deste sistema. Através da abertura de conta e alvará eletrônico, o sistema trouxe maior segurança e celeridade.

3.4. Sistema LUP

O sistema em questão realiza a ordenação cronológica para pagamento, permitindo a consolidação das informações provenientes do TJ, TRT e TRF, além da consulta pelo público interessado, aumentando a transparência do poder público.

3.5. Telefones de Plantão

Foi apresentada a contratação de telefonia móvel para atender as necessidades do PJES quanto à realização do plantão judiciário nas 69 (sessenta e nove) comarcas. Nesse momento, a Dr. Paula Mazzei levantou um fato presenciado pela mesma, em que o telefone móvel que usava no plantão, estava recebendo mensagens com aviso de falta de pagamento, ressaltou as dificuldades que podem ocorrer caso um magistrado ou servidor fique sem o aparelho durante o plantão. O Sr. Carlos Arimatéa, se comprometeu em investigar o ocorrido, informando que desconhecia a situação. Ademais, solicitou que casos como esse devem ser reportados para atuação da STI.

3.6. Migração dos Precatórios

Com a migração para o sistema EJUD, é possível dar visibilidade externa a parte, controles de prazos e relatórios estatísticos.

3.7. Implantação do SEI na Corregedoria

Com a implantação do SEI na Corregedoria, está sendo visado maior celeridade e segurança na qualidade da prestação de serviços. Nesse momento, o Des. Fabio Clem, questionou se é possível proferir um despacho no sistema SEI sem utilizar um dos modelos. O Sr. Carlos Arimatéa informou ao Desembargador que tal ação já é possível, não havendo necessidade de se optar por um dos modelos apresentados ao se inserir novo documento em um processo.

3.8. Telefone Digital VoIP (projeto piloto)

Foi apresentada a implantação de telefonia através da rede de dados, sendo informado que já foram instalados em 07 (sete) localidades. Foi ressaltado que a expectativa é que no futuro, o VoIP vigore em todas as comarcas, acarretando grande economia ao PJES.

3.9. Sistema SIGA-CNJ

Sistema lançado pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, que elogiou o Presidente, o Corregedor e a equipe técnica do Judiciário capixaba pela condução dos trabalhos. A nova plataforma teve como base o SIGA/ES, implantado em 2008 pela CGJ-ES.

3.10. SEEU

Foi apresentada informações sobre o sistema que foi desenvolvido pelo CNJ, implantado no PJES com o apoio da STI, com o cadastro de aproximadamente 40 (quarenta) mil processos, permitindo o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário. Nessa seara, o Sr. Marcelo Bressan questionou ao secretário, se o Sistema SIEP vai ser extinto, haja vista a implantação do SEEU. Sobre o tema o secretário informou que o SIEP ainda seria utilizado para procedimentos como Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo que não foram disponibilizados no SEEU.

4. SUGESTÕES PARA O PROGRESSO DA STI

O secretário enumerou alguns dos pontos em que agregaria forças ao trabalho da secretaria, tais como: sistema de gravação de audiências, outsourcing de impressão, processo eletrônico e renovação do parque tecnológico.

Nesse sentido de melhorias, o Sr. Adriano Côrrea, questionou sobre as demais expectativas para o ano de 2019, e as medidas que devem ser tomadas para melhorarmos no ranking do justiça em números, frente ao CNJ. Ressaltou que muitos esforços foram implantados no SEEU, o que dificultou no seguimento do cronograma atual de outros projetos. Sobre as diligências no SEEU o Des. Fabio Clem, ressaltou entre os presentes, que todos os esforços concentrados no sistema foram uma imposição do CNJ para a implantação do mesmo.

Ainda sobre melhorias, a Sr.^a Paula Mazzei, sugeriu que nas próximas reuniões fossem elencadas com mais evidências as ações que a STI necessita realizar para melhorar a avaliação do selo, haja vista que no



momento estamos sendo avaliados com o selo bronze, caindo uma posição, já que éramos pontuados como prata.

A Sr.^a Rita Almeida ressaltou sobre a importância da melhoria da qualidade dos dados gerados pelo Poder Judiciário, pois de acordo com os critérios de pontuação para o selo Justiça em Números, até o ano passado, em torno de 60% (sessenta por cento) do total da pontuação advém da análise da estrutura de TI, e qualidade dos dados. Asseverou que os dados ruins ensejam a perda de pontos junto ao CNJ. Ainda sobre o tema a Sr.^a Rita Almeida ponderou acerca das divergências dos nossos sistemas judiciais, especialmente relacionadas com a realidade encontradas nas varas/gabinetes de desembargadores e o que os sistemas demonstram. O cenário que se apresenta ruim, muitas vezes relacionado com a falta de compatibilização do rito judicial com a situação física dos processos impõe a tarefa de se buscar a correta identificação do fluxo processual. Neste sentido, foi informado aos presentes que, a Assessoria de Planejamento, responsável pelo Núcleo de Estatística, juntamente com a STI vem desenvolvendo um trabalho de revisão do fluxo de movimentos de forma a possibilitar o reconhecimento das incorreções, seu mapeamento e o saneamento dos processos, mediante verificações sistemáticas no sistema de Segunda Instância (neste momento), objetivando a atualização da parametrização da Tabela Processual Unificada - TPU - editada pelo CNJ.

Sobre o tema o Sr. Marcelo Tavares expôs que a STI vem sofrendo pelo passar dos anos, por não conseguir cumprir com as estratégias demonstradas, haja vista as interferências externas, enfatizando a enorme demanda da Secretaria de TI.

A Sr.^a Rita Almeida, ressaltou a vulnerabilidade dos nossos dados, bem como daí a importância em não se avançar nas tratativas relacionadas ao Painel de Gestão, sem que antes seja possível melhorar a qualidade dos dados gerados.

O Des. Fábio Clem colocou em pauta, sobre a necessidade de apresentar as informações fornecidas nessa reunião inaugural para o Pleno, haja vista a cobrança de outros Desembargadores, tendo em vista a visita do CNJ em fevereiro.

O Sr. Fábio Bressan sugeriu que a apresentação seja enviada via Whatsapp a todos os presentes.

Concluindo a colocação do que foi exposto pelos presentes, o Sr. Carlos Arimatéa fez explicações do que vem sendo realizado, dos custos dos sistemas, bem como reforçou o déficit da equipe.

5. PROJETOS PARA O ANO DE 2019

O Sr. Carlos Arimatéa apresentou o status dos projetos em andamento, tais como:

Integração da Central de mandados, tendo como a data de hoje estabelecida como início do projeto piloto,

Plantão Judiciário 1º Grau: atualmente em fase de testes pelo grupo de trabalho;

Sistema de Foro Extrajudicial: em fase de homologação pela Corregedoria;

Migração do PJe 2.0: O Sr. Carlos Arimatéa informou que o cronograma de 2018 foi concluído com sucesso, destacou ainda, que a implantação da Reorganização das turmas recursais - Projeto de Lei Complementar nº 26/2018, que não estava inicialmente previsto, mas que após análise técnica, e conforme acordado na última reunião do CGTIC, seria realizada caso não houvesse grande impacto na estratégia anteriormente deliberada pelo Comitê. Além disso, ressaltou que durante o recesso foram realizadas melhorias na infraestrutura do sistema PJe, migrando a aplicação para servidores dedicados, já visando a migração para a versão 2.0 e implantação no 2º grau. Reforçou ainda, as premissas que precisam ser atendidas para o sucesso da estratégia já definida pelo CGTIC, dentre os quais destacou a capacitação da equipe técnica do PJe, suporte do CNJ, presença na migração, não alteração do escopo de trabalho, ou seja, sem expansão para novas varas ou ampliação de competência e sem melhorias tanto no ambiente 1G quanto no 2G (turmas recursais). Além disso, apresentou como sugestão a alocação de multiplicadores, não integrantes da STI, para ambientação da nova versão do PJe e elaboração do material para auxiliar na capacitação dos usuários do sistema. Sugerido ainda, que a preparação e realização das capacitações na nova versão sejam de responsabilidade da EMES, uma vez que a capacitação onera a equipe do PJe, que poderia estar focada nas atividades do projeto de implantação do PJe no 2º grau. Por fim, informou que caso todas as premissas sejam atendidas, a data prevista para migração do PJe 2.0 é Maio de



2019.

Implantação do SIARHES: Destacou que foi dado início ao projeto de implantação do sistema do Poder executivo estadual - SIARHES, que será utilizado para gerenciar o sistema de RH e folha de pagamento do PJES. Reforçou o elevado número de demandas da equipe que atuará no projeto, conforme que já havia sido destacado na reunião anterior. Dentre as demandas citou que a grande maioria não pode ser adiada por conta de prazos legais, tais como: Resolução TJES 29/2018, Notificação TCE (PAE), Folha de inativos IPAJM, E-Social (consultoria), DIRF, Recadastró e Cidades-ES. Por fim, informou a preocupação com a capacidade para atendimento de todas as demandas anteriormente citadas.

6. PROJETOS EM ANDAMENTO

O secretário enumerou os projetos em andamento, tais como: SIGA, SISTEMA DE ARQUIVO GERAL, CONTROLE DE PRAZO PRESCRICIONAL 2º GRAU e CADASTRO DE AUXILARES DA JUSTIÇA. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Carlos Arimatéa, apresentou o Sr. Luiz Borges como novo Coordenador de Desenvolvimento, a partir de 01/02/2019.

7. DELIBERAÇÕES - ANÁLISE DE DEMANDAS

Foi discutida na presente reunião a utilização do Whatsapp para audiências, bem como para citação, conforme o projeto Projeto Justiça Digital desenvolvido pelo Nupemec do TJ/RJ, apresentado na AMAGES, conforme expediente entregue a todos os presentes. Foi relatado ainda que a STI recebeu solicitação de magistrada local, no qual a mesma requer aparelhos de celular para a demanda. Colocou-se em questão como será respondido aos expedientes, e como sugestão dos presentes, a STI vai informar que já existe um projeto para gravação de audiência em andamento, onde entende-se que atenderá o pleito, uma vez que todas as unidades judiciárias serão dotadas que equipamentos para gravação local e remota de audiências.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela não aprovação do fornecimento de telefones móveis para a utilização do Whatsapp para audiências

O Sr. Arimatéa apresentou o pedido de convênio entre o PJES e a Polícia federal, que tem como objeto um Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Ministério da Justiça (PF - Instituto Nacional de Identificação) e este Poder Judiciário, com o objetivo de promover o intercâmbio eletrônico de informações criminais por meio do Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC. Informou ainda, que há duas formas de utilização do sistema, integrado ou utilização manual, nos moldes do que já são utilizados os sistemas conveniados como BACENJUD. Diante das inúmeras demandas da STI, sugeriu, a priori, que a segunda opção seja utilizada, uma vez que permitiria que a utilização do sistema seja realizada logo após a celebração do convênio, não havendo necessidade de desenvolvimento por parte da STI.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela continuidade do Convênio SINIC (PF), sendo decidido que a consulta será individual a cada magistrado.

CONVÊNIO CEJUSC'S

Sobre o convênio CEJUSC'S - O Des. Fabio Clem solicitou que seja aguardado para deliberar sobre o tema na próxima reunião do comitê, haja vista que o mesmo pretende conversar com a Desembargadora Janete para um melhor entendimento da necessidade.

5



Nome	Designação/Órgão
Fabio Clem de Oliveira	
Fábio Brasil Nery	
Adriano Corrêa de Mello	
Lyrio Régis de Souza Lyrio	
Marcelo Feres Bressan	
Rita de Cássia Barcellos Almeida	
Marcelo Tavares de Albuquerque	
Carlos Vinicius de Arimatéa	
Cintia Simões Varejão	